

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério da Economia

Representação

Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE)

Representantes



Titular

Antonio Everton Chaves Junior

Economista

Divisão Econômica (DE/CNC)

(Compareceu)



1º Suplente

Evandro Américo Costa

Assessor Executivo

Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (CETUR/CNC)



2º Suplente

José da Silva

Especialista Executivo

Assessoria de Gestão das Representações (AGR/CNC)

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 9 de novembro de 2021

A reunião contou com a presença de aproximadamente 30 pessoas e teve duas apresentações como focos principais: mais crédito para os microempreendedores individuais (MEIs) e a proposta de um novo financiamento para as micro e pequenas empresas (MPEs). A segunda parte acabou consumido grande parte do tempo devido à importância do tema.

Fábio Silva, coordenador-geral de Empreendedorismo e Artesanato da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade (Sepec), fez uma explanação sobre a Jornada MEI e o acesso ao crédito por parte desses microempreendedores individuais. O tema é de extrema relevância por abranger a assistência ao crédito dentro do escopo da capacitação e qualificação do benefício.

Considera-se vital para o aumento do crédito e desenvolvimento das habilidades empreendedoras que esses temas sejam pensados em termos lógicos de abordagem. A ideia é que se realizem encontros e se avance neste sentido, atendendo necessidades e obtendo os resultados esperados.

Nesse contexto, o Credi Mais surge na plataforma da Jornada MEI como forma de atender aos empreendedores. De acordo com Fábio Silva, o governo federal está cadastrando as entidades que queiram utilizar a tecnologia, a qual será importante para empresas e instituições bancárias e financeiras.

O segundo momento de destaque da reunião foi a apresentação de Mauro Oddo, técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sobre a possibilidade de financiamento das micro e pequenas empresas (MPEs) através de um impulso financeiro oferecido pelo governo federal, com a cobrança de imposto por intermédio de percentual sobre o faturamento.

Inovadora no Brasil, a ideia tem servido para o financiamento do crédito educativo em países como Austrália e Nova Zelândia. Coube ao Ipea importar a iniciativa para o Brasil e adaptá-la para o contexto das empresas de menor porte.

O financiamento é, portanto, vinculado ao faturamento. No Brasil, 3/4 dos trabalhadores estão alocados nas micro e pequenas empresas. Considerando-se que 30% do Produto Interno Bruto (PIB) são provenientes das MPEs, se forem incluídos dados do setor informal e não-regulamentado a taxa pode se aproximar, ou mesmo ultrapassar, os 50% da riqueza gerada pelos setores produtivos.

Na visão do Ipea, o empréstimo se dará em função do pagamento futuro, vinculado às vendas. Desta forma, o passado da empresa perde importância, e o foco passa a ser o seu futuro. Trata-se de uma espécie de garantia de empenho e comprometimento da renda futura.

A lógica deste sistema de financiamento seria a de investimento e política públicas, através do gasto social. Não há prazo determinado, e a taxa de juros seria atrelada à Selic, sem ônus para o Tesouro.

No caso da inadimplência de 10% das empresas, por exemplo, a estimativa de perda do governo seria de cerca de R\$ 4 bilhões.

Mauro Oddo diz que pretende levar o tema para debate entre as instituições e também para o Plenário da Câmara. O objetivo, segundo Oddo, é cumprir seu papel de formular políticas públicas e oferecer novas ideias para o desenvolvimento social do Brasil.